

Percepções acerca da acessibilidade e inclusão por discentes da universidade Federal do Pará, Campus Bragança**Perceptions about accessibility and inclusion by discents from the Federal university of Pará, Campus Bragança**

DOI:10.34117/bjdv6n8-170

Recebimento dos originais:08/07/2020

Aceitação para publicação:13/08/2020

Ruthe da Silva Cardoso

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia
Universidade Federal do Pará
E-mail: ruthecardoso27@gmail.com

Raiane Ribeiro dos Santos Silva

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia
Universidade Federal do Pará
E-mail: rayane_ribeiro1@outlook.com

Marceli Silva Ribeiro do Rosário

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia
Universidade Federal do Pará
E-mail: ribeiromarceli127@gmail.com

Kátia Regina Moraes de Oliveira

Especialista em Educação de jovens e adultos para a juventude
Universidade Federal do Pará
E-mail: katia_rmoliveira@hotmail.com

Joelma Santos da Silva

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia
Universidade Federal do Pará
E-mail: silvajoelma632@gmail.com

Ronaldo do Nascimento Oliveira

Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia
Universidade Federal do Pará
E-mail: ronaldoliveira2069@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo principal compreender a percepção de inclusão e acessibilidade de estudantes do ensino superior. Desse modo, foi realizado uma pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas e roteiro pré estabelecido com os acadêmicos dos cursos de Biologia, História, Engenharia de Pesca e Língua Inglesa na Universidade Federal do Pará, *Campus Bragança*. Ao decorrer da pesquisa pudemos perceber que o lócus não está adequado a acolher esses alunos, assim foram encontradas várias problemáticas e mesmo que alguns espaços que contemplem esse

público, ainda é pouco ao que esta possa ajudar estes a terem uma educação ao que se determina em Lei, com suportes e adaptadores em geral.

Palavras-chave: Educação, Acessibilidade, Inclusão.

ABSTRACT

The main objective of this work is to understand the perception of inclusion and accessibility of students of higher education. Thus, a field research was conducted through semi-structured interviews and a pre-established script with the students of Biology, History, Fishery Engineering and English Language at the Federal University of Pará, Campus Bragança. In the course of the research, we could see that the locus is not suitable to accommodate these students, so several problems were found and even if some spaces that contemplate this public, there is still little that can help them to have an education that is determined in Law, with brackets and adapters in general.

Keywords: Education, Accessibility, Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea apresenta uma grande quantidade de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, seja visual, física, intelectual, auditiva dentre outras, que necessitam ter seus direitos garantidos. Essas questões sociais estão presentes em todos os campos de convivência desses sujeitos. Para tanto, os ambientes que recebem essas pessoas pouco apresentam estruturas que possam receber de forma adequada esses atores. Desse modo, o campo educacional, em especial o ensino superior ao qual a pesquisa se propôs enfatizar, não tem conseguido adequar-se a essa realidade, no entanto, muito tem se discutido acerca de conquistas de políticas públicas.

Nesse ínterim, as discussões de inclusão social e acessibilidade, têm sido temas que corroboram em diferentes eventos, buscando enfatizar as dificuldades desses indivíduos, no sentido de garantir não só o acesso, mas a permanência desses sujeitos no ensino superior. Segundo Mittler (2003) a Inclusão refere-se como cada pessoa pode ser capaz de ter oportunidades de escolha e de autodeterminação

Atualmente, a acessibilidade configura-se como um paradigma da inclusão, entende-se que as barreiras são mais complexas e vão além da questão mobilidade. (WAGNER et al; 2010, p. 55). Esses conceitos buscam enfatizar que os mesmos façam parte do meio acadêmico e que esses aspectos, que limitam em alguma tarefa, venham ser diminuídos, amparando-os por Leis e Decretos.

1.1 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: UM DIREITO ASSEGURADO

O direito à cidadania e educação é garantido a todos, porém há barreiras que dificultam a inserção de alunos com necessidades especiais em um ambiente que deveria estar preparado, essa preparação é essencial para acolhê-los da forma adequada, podendo, assim, compreender os

conteúdos e desenvolver-se de um modo que venham acompanhar os demais, diminuindo a discriminação e fazendo a inclusão social dos mesmos. Para tal, é necessário que essas instituições tenham acessibilidade a cada tipo de necessidade, porém não há muitas políticas públicas efetivadas de verdade para a situação exposta.

Essas limitações estão intimamente relacionadas a problemas de acessibilidade, ou seja, às condições que permitam o exercício da autonomia e a participação social do sujeito, podendo interferir ou prejudicar no seu desenvolvimento ocupacional, cognitivo e psicológico, contribuindo para a sua exclusão social. (WAGNER et al, 2010, p. 57)

Em 1975 a ONU criou a Declaração dos Direitos da Pessoa Deficiente com o propósito de garantir sua proteção específica e respeito a sua dignidade humana e em 1982 criou o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência.

O Programa Incluir – acessibilidade na educação superior é executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. (INCLUIR, 2013, p. 3)

No Brasil, segundo o último censo do IBGE de 2010, há 24,6 milhões de pessoas com deficiência (PCD's), nesse sentido, é preciso políticas públicas voltadas para atender esse público alvo.

Em relação à educação superior, observa-se um conjunto de aportes legais que fundamentam a educação inclusiva: primeiramente a Constituição Federal/88, art. 205 que garante a educação como um direito de todos, a Lei 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais-Libras, o Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e, optativamente, nos demais cursos de educação superior, o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil – PNAES, o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado.

E do Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com deficiência, que assegura o acesso a um sistema educacional

inclusivo em todos os níveis e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Apesar de terem sido criadas muitas Leis, para dar suporte à pessoa com deficiência, é evidente que ainda faltam serem consolidadas na prática, sobretudo em Instituições Federais, as quais deveriam atender as necessidades deste público que deve ser assistido para serem inseridos de forma adequada no meio acadêmico e social.

2 MATERIAL E METODOLOGIA

A pesquisa concebeu-se na Universidade Federal do Pará, localizada em Bragança, no bairro da Aldeia, buscamos compreender a percepção de alunos universitários de diferentes cursos da instituição. Primeiramente foram realizadas pesquisas bibliográficas a cerca do tema em questão, para que a entrevista pudesse ser aplicada, ao total participaram oito alunos, sendo que um dos participantes apresenta deficiência visual e para levantamento das coletas de informações foi utilizado roteiro de entrevista semiestruturada, que após foram transcritos e analisados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos resultados iremos identificar o perfil dos participantes, por meio de tabela, e em seguida dividir por categorias temáticas, realizando as discussões com os teóricos da área.

Tabela 1 – Identificação dos entrevistados

Entrevistado	Idade	Sexo	Curso	Local de origem	Auxílio	Ano de ingresso
A	26	M	Historia	Bragança	Sim	2011
B	20	F	Engenharia de pesca	Belém	Não	2014
C	22	M	Engenharia de pesca	Bragança	Sim	2013
D	28	M	Doutorado em Ciência animal	Capanema	Não	2017
E	20	M	Pós-graduação em Biologia Ambiental	Abaetetuba	Sim	2017
F	26	F	Biologia	Peru	Sim	2015
G	29	M	Letras-Língua Inglesa	Belém	Não	2016
H	26	F	Ciências Biológicas	Mirasselas	Sim	2014

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho

3.1 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Nas falas dos referidos participantes pouco se ouviu falar de inclusão da pessoa com necessidades especiais no ensino superior, pois há poucas políticas voltadas à inserção dos mesmos dentro de universidades Estaduais e Federais, e isto ficou evidente na narrativa do entrevistado B.

Não, porque assim, o que eu conheço é basicamente a cota né. E isso vale para várias coisas, por exemplo para entrar na universidade para concursos, existe cota racial e cota para pessoas com deficiência, basicamente e isso que eu conheço. (ENTREVISTADO B, 2017)

A questão de cotas é muito discutida, pois, há pessoas que apoiam, afirmando que contribuem para reparar uma situação histórica de discriminação e preconceito, e outras que acreditam ser uma ação segregacionista e que confere ao deficiente uma vantagem em relação aos demais.

O debate sobre o acesso às universidades brasileiras através do sistema de cotas começou a surgir no início da década de 90 e vem se ampliando com o passar do tempo. Esse sistema faz parte de políticas de ações afirmativas, por meio das quais é possível adotar medidas diferenciadas que promovam a igualdade de oportunidades, contemplando os grupos historicamente excluídos e compensando as desigualdades. Atende ao exposto no Estatuto da Igualdade Racial –Lei n. 12.288 de 2010, no seu artigo 4º, inciso VII, que afirma que a implementação dos programas de ações afirmativas é destinada ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação e cultura, entre outros. (CARRIER, 2012, p. 6)

Além de barreiras estruturais, há também falta de preparo por parte dos profissionais que estão sendo formados, muita das vezes estes não sabem como reagir ao enfrentar situações que necessitam de uma capacitação e de um tratamento especial à esses alunos, o fato do ensino superior não oferecer, na maioria das vezes, uma formação que venha contribuir, sobretudo, na prática educativa, influencia muito como estes irão administrar suas aulas.

[...] acho que muita coisa ainda tem que ser melhorada, por exemplo, no nosso caso a gente tem um deficiente visual, esse dia eu fui dar aula, tinha uma aluna que ela era muda, aí na hora, do nada, tive que tentar lembrar tudo que eu sabia de libras, dá um nervoso porque a gente não é tão preparado para isso, a gente no cotidiano, a gente porque querendo ou não, a gente se habitua com aquilo que é normal para a gente, o que tem a gente tem, e a gente tem mais pessoas que conseguem se locomover, então quando a gente se depara com essas situações e que a gente vai conseguir enxergar o outro lado, só que é aquela coisa, eu sei a deficiência visual e porque eu convivo, eu tive a experiência com a auditiva mas tem muitas outras coisas que a gente precisa ver né?... Só que a gente as vezes não tem acesso, que a gente tem muita aula, muita teoria, mas falta prática e outra coisa bem diferente. (ENTREVISTA T, 2017)

O olhar especial não deve ser somente voltado ao aluno com deficiência, mas também com o profissional que irá atuar para ajudar no desenvolvimento destes, que não recebem suporte por

parte das direções e do governo, além de ser assegurada na teoria, essas políticas devem ser postas em práticas, visando o bem estar do professor e, conseqüentemente, do aluno.

O professor é a peça principal para fazer com que a inclusão realmente aconteça, portanto é necessário que ele se sinta habilitado para atuar com competência junto aos alunos. Ele não pode se sentir sozinho necessita ser amparado e orientado para agir com segurança. Nesse processo de apropriação das habilidades didáticas é fundamental destacar a atuação dos professores de apoio. (SILVA, 2011, p.17)

Não obstante, muitas instituições de ensino superior dispõem de uma infraestrutura que carece de investimentos, as obras inacabadas e falta de manutenção contribuem para a inacessibilidade nesses locais, por conta disso muitos indivíduos com necessidades especiais encontram obstáculos para terem acesso a algumas áreas dessas áreas. Diante disso, o despreparo vindo dos funcionários e, a ausência de medidas que possam viabilizar o acesso desses indivíduos, acaba tornando imperceptível esta problemática no âmbito educacional. Desse modo, na Universidade, segundo o entrevistado G “[...] foi criada uma infraestrutura para isso [...] ela hoje em dia com avarias né? Tem elevadores que não funcionam, além do fato de haver despreparo [...] psicológicos dos funcionários para lidar com determinados casos.”.

Por conseguinte, a falta de medidas e atitudes vindas da própria instituição contribui significativamente para que não haja uma mudança na infraestrutura do Campus, por possuir uma quantidade minoritária de indivíduos que possuem necessidades especiais. Desta forma, muitos acabam por inviabilizar essas necessidades criando obstáculos e subestimando as dificuldades que possam enfrentar. Com isso, a instituição dispõe de uma infraestrutura precária com relação à acessibilidade de deficientes físicos.

Passei a acreditar que o maior obstáculo para a mudança está dentro de nós mesmos, seja nas nossas atitudes, seja nos nossos medos. A nossa tendência é a de subestimar pessoas e de subestimar as dificuldades que podem enfrentar e os desapontamentos que podem experienciar se “falharem” (MITTLER, 2003, P.17).

Nesse interim, a inclusão acontece quase que de forma imperceptível, com a criação de cotas para a entrada do aluno na Universidade e com auxílios que são disponíveis para sua permanência. Entretanto, ao ingressar nesse meio ele acaba por encontrar empecilhos que acarretam sua imobilidade no cenário educacional. É importante ressaltar que, a ausência de verbas direcionadas para esse meio, acaba afetando no desenvolvimento para a mobilidade no campus. Como citado [...] estamos com um problema em todo Brasil, questão de corrupção, faltas de verba e isso acaba afetando o campus e, a faculdade como um todo e não há verbas financeiras que possam ser distribuídas para todos [...] (Entrevistado D, 2017).

Com isso, Mittler ressalta em seu livro *Educação Inclusiva*, que essas necessidades são limitadas por vários fatores que englobam profissionais, alunos, estrutura e recursos financeiros. A carência de verbas direcionadas para a estrutura arquitetônica do Campus, vindas das autoridades provocam inacessibilidade, prejudicando a eficiência no desenvolvimento dos seus alunos com necessidades especiais, deixando-os bastante prejudicados em relação ao desempenho dentro do âmbito educacional.

O ensino superior garante por Lei a recepção de pessoas com qualquer tipo de deficiência, no entanto a adaptação, a garantia e a permanência nessas instituições ainda se apresentam inadequadas para atender esses sujeitos. Para tanto a acessibilidade ainda é uma barreira presente no campus de Bragança, uma vez que os acadêmicos com algum tipo de deficiência, ou até mesmo gravidas são impossibilitadas de se locomover nesse espaço, que ainda é pouco acessível para sua segurança. No entanto vimos que existe a inclusão, porém de forma muito restrita. Em complemento a esse dialogo a acessibilidade é:

Toda [...] parte que possibilita, [...] o melhor acesso, seja arquitetônico no ir e vir, seja na parte de comunicação, na parte de tecnologia, aquilo que é, que vai facilitar a vida não só da pessoa com deficiência, mas também de gestantes, de idosos, eu penso assim, facilitando o acesso pra essas pessoas com deficiência, também fica muito melhor o acesso até mesmo para as pessoas ditas “normais” que eles falam. (Entrevistado A, 2017).

A essa assertiva, percebemos que o entrevistado enquanto acadêmico e deficiente visual aborda as dificuldades que enfrenta nessa instituição, embora consiga se locomover nesse ambiente, os suportes em relação à tecnologia e comunicação são fatores que não permitem a igualdade entre os discentes nessa universidade. No entanto “A inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação [...] como um todo com objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todos os gamas de oportunidades educacionais e sociais”.

(MITTLER, 2003, p.25).

Nessa perspectiva, as oportunidades educacionais que são garantidas nas pautas dos Decretos legislativos, fundamentam que entidades de nível superior tenham ferramentas adequadas a atender essa diversidade. Para tanto, o *Campus* de Bragança tem buscado adequar-se a essa realidade, afim da inclusão dos mesmos. Assim, “[...] a universidade contribuiu na parte de ferramentas, que é o caso do notebook, do scanner [...]” (Entrevistado A, 2017). No entanto essa garantia não possibilita que o aprendizado desses sujeitos seja de melhor qualidade. Uma vez, que o tempo não permite que a leitura de um determinado texto seja realizada no mesmo período que os demais discentes.

Se tratando de oportunidades, o aluno com deficiência visual relata que embora tenha tido acesso a esse tipo de tecnologia, que já é um avanço, a acessibilidade no campus é um grande desafio. O deficiente visual e aluno dessa instituição, acrescenta:

“[...] Hoje quase tu não vê rampas pra ti seguir no campus [...]. Ela não tem piso tátil, ela não tem direcionamento, encontramos muitas barreiras. Eu não tenho nenhum tipo de direcionamento, assim, que eu diria pro cego poder se locomover dentro da universidade [...] ela não tem como se locomover independente de não ter acompanhante [...]”. (ENTREVISTADO M, 2017).

Em relação a essa questão, a aluna do curso de Engenharia de Pesca, apresenta sua visão acerca da acessibilidade e inclusão nesse espaço escolar, já que o desempenho dos alunos deficientes também depende de uma estrutura física de qualidade. Em detrimento justifica que é um “[...] espaço que não tem condições de acessibilidade [...], pois um cadeirante não vai ter como subir no bloco um, porque não vejo nenhuma rampa, o elevador nunca funcionou, eu acho. [...]”. (Entrevistada H, 2017). Ainda acrescenta: “A gente pode pensar em acessibilidade por pessoas com deficiência física, pessoas com deficiência mental, pessoas que não tem condições de trabalhar, de estudar em locais longe da sua casa, isso é acessibilidade.” (Idem)

A esse proposito buscamos compreender que a entrevistada informa que a acessibilidade não inclui somente deficientes físicos, mas também outras pessoas que possuem dificuldades de realizar alguma tarefa e são assistidos de forma que possam efetivar as mesmas. Embora as dificuldades de acesso das pessoas com necessidades especiais estejam presentes em diferentes ambientes, as propostas políticas versam que:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL, 2010, p. 23).

Percebemos que a capacitação de profissionais para atender esses indivíduos ainda é insuficiente, uma vez que essa não qualificação contribui negativamente, fazendo com que os sujeitos tenham dificuldades para assimilar informações da mesma forma ou equivalente aos demais, e, de alguma forma, positivamente, incentivando-os a procurar seus direitos e conquistar seu espaço no meio social e acadêmico.

Diante dessas entrevistas, percebemos que as falas dos participantes foram bastante significativas, uma vez que informaram que o *Campus* de Bragança, embora receba alunos com

diferentes necessidades, está ficando ultrapassado quanto às políticas públicas que visam essa parcela de alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos resultados, podemos concluir que, ainda existe uma imensa barreira entre os direitos adquiridos, o que já foram colocados em prática à disposição das pessoas com deficiência. Foram criados estatutos, programas, portarias, decretos, Leis, emendas constitucionais que garantem a essas pessoas, inúmeros direitos, mas, infelizmente, o que se vê, é, que só uma pequena parte saiu do papel e se tornou realidade.

Na realidade do ensino superior, as dificuldades não são diferentes das outras áreas da educação. Segundo o que foi relatado, por nossos entrevistados, os problemas vão desde a acessibilidade, falta de informação, estrutura até o despreparo dos profissionais da educação em lidar com esse público. Nota-se que o objetivo a ser alcançado por eles não é serem tratados como diferentes, e sim como pessoas que lutam por seus ideais e perspectivas de vida, por suas limitações estarem sempre em desvantagem em relação aos outros alunos, sendo que as possíveis melhorias beneficiariam a comunidade em geral.

O que nos cabe hoje é lutar por esses direitos assegurados, que são efetivados apenas de forma parcial, uma vez que investimentos em estruturas arquitetônicas, tecnológicas, dentre outros, são necessários para que sejam garantidos a esses indivíduos oportunidades iguais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos políticos-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Secretaria de educação especial, 2010.
- INCLUIR, Documento orientador do programa incluir. **Acessibilidade na educação superior SECADI/SESu**, 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/incluir/institucional/legislacao/> Acesso em: 20 jun. 2019.
- MITLER, Petter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SILVA, Margaret do Rosário. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação inclusiva**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade, UAB/UNB – Polo de Santa Maria. Brasília – DF. 2011.
- WAGNER, Luciane et al. **Acessibilidade de pessoas com deficiência: o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre**, Porto Alegre, Ano XII, Nº 23, 55-67, 2010.
- CARRIER, Sandra; ESPÍNDOLA, Corina Martins. **Sistema de cotas para pessoas com deficiência: ação afirmativa para promoção do acesso à universidade**. XII Colóquio internacional sobre gestão universitária nas Américas, Revista Gual. 11 fev 2012.